

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.006.739	3.098.277
1.01	Ativo Circulante	563.785	612.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208.681	254.892
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	40.547
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	40.547
1.01.03	Contas a Receber	183.870	147.256
1.01.03.01	Clientes	183.870	147.256
1.01.03.01.01	Contas a Receber	182.477	145.124
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.393	2.132
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.440	4.336
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.620	5.422
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	160.174	160.171
1.01.08.03	Outros	160.174	160.171
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	159.860	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	0	60
1.01.08.03.05	Outros Créditos	314	251
1.02	Ativo Não Circulante	2.442.954	2.485.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	737.424	857.511
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	520	611
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.753	1.746
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	735.151	855.154
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.213	1.180
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	732.688	852.583
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.250	1.391
1.02.03	Imobilizado	38.643	45.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.928	36.256
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.441	2.256
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.274	7.322
1.02.04	Intangível	1.666.887	1.582.308
1.02.04.01	Intangíveis	1.666.887	1.582.308
1.02.04.01.02	Intangível	1.642.400	1.570.118
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	24.487	12.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.006.739	3.098.277
2.01	Passivo Circulante	1.204.656	711.922
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.201	10.002
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.419	1.714
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.782	8.288
2.01.02	Fornecedores	26.502	24.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.502	23.890
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	122.703	180.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	111.175	169.996
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	99.200	161.145
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	11.975	8.851
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.528	10.780
2.01.03.03.01	ISS a recolher	11.063	10.230
2.01.03.03.02	ISS parcelado	465	550
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.016.131	479.913
2.01.04.02	Debêntures	1.016.131	479.913
2.01.05	Outras Obrigações	25.119	17.231
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.510	6.204
2.01.05.02	Outros	19.609	11.027
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	3.245	3.020
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.698	6.986
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	1.026	1.021
2.01.05.02.07	Passivo de Contrato	5.640	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.009.333	1.886.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	884.344	1.755.474
2.02.01.02	Debêntures	884.344	1.755.474
2.02.02	Outras Obrigações	7.640	9.287
2.02.02.02	Outros	7.640	9.287
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	363	60
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	6.787	7.955
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	490	1.272
2.02.03	Tributos Diferidos	57.814	72.714
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.814	72.714
2.02.04	Provisões	59.535	48.659
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.977	48.659
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	34.638	47.939
2.02.04.01.06	Impostos Parceladas	339	720
2.02.04.02	Outras Provisões	24.558	0
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	24.558	0
2.03	Patrimônio Líquido	792.750	500.221
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	49.350	253.471
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	2.721
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	201.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	496.650	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	600.716	1.632.732	509.856	1.408.901
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-214.459	-664.957	-166.200	-467.397
3.02.01	Custo de Construção	-7.108	-14.858	-1.548	-5.364
3.02.02	Provisão de Manutenção	-24.430	-24.430	0	0
3.02.03	Depreciação e Amortização	-71.185	-292.955	-58.871	-166.520
3.02.04	Custo de Outorga	-49.784	-146.532	-48.321	-142.971
3.02.05	Serviços	-36.882	-111.265	-34.795	-83.323
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.469	-51.245	-16.181	-47.633
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.232	-13.485	-3.802	-12.247
3.02.08	Outros	-3.369	-10.187	-2.682	-9.339
3.03	Resultado Bruto	386.257	967.775	343.656	941.504
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.697	-82.104	-24.771	-76.946
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.724	-82.399	-25.538	-79.893
3.04.02.01	Serviços	-13.823	-49.752	-15.088	-44.385
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-3.239	-9.699	-4.453	-11.722
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-394	-947	-450	-1.368
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-639	-1.995	-1.044	-3.216
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-5.067	-7.065	-688	-5.114
3.04.02.06	Reversão (provisão) para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	18.749	13.301	-1.027	-5.620
3.04.02.07	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-6.000	-14.211	-370	-2.817
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-178	-483	-140	-594
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-300	-916	-304	-1.318
3.04.02.10	Gastos com Viagens e Estádias	0	0	0	-5
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-141	-136	-98	-110
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-147	-457	-1.876	-3.624
3.04.02.13	Outros	-6.545	-10.039	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	27	1.196	769	2.953

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-901	-2	-6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	368.560	885.671	318.885	864.558
3.06	Resultado Financeiro	-53.058	-136.597	-32.790	-91.632
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	315.502	749.074	286.095	772.926
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-106.909	-252.424	-97.037	-260.873
3.08.01	Corrente	-112.907	-267.324	-99.786	-270.833
3.08.02	Diferido	5.998	14.900	2.749	9.960
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	208.593	496.650	189.058	512.053
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	208.593	496.650	189.058	512.053
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,19196	2,838	1,08033	2,92602
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,19196	2,838	1,08033	2,92602

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	208.593	496.650	189.058	512.053
4.03	Resultado Abrangente do Período	208.593	496.650	189.058	512.053

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	966.245	879.963
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.055.032	904.721
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	496.650	512.053
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-14.900	-9.960
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	119.895	119.894
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	294.268	169.736
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	219	5
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	142.259	103.759
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	136	110
6.01.01.12	(Reversão) Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-7.859	6.114
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	24.430	0
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	128	0
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.802	-700
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	-1	26
6.01.01.18	Atualização monetária s/ riscos cíveis e trabalhistas	774	3.684
6.01.01.19	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	153	0
6.01.01.20	Depreciação - Arrendamento mercantil	682	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-88.787	-24.758
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	-37.489	-593
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	732	-44
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.889	-3.002
6.01.02.04	Despesas Antecipadas, depósitos judiciais e outras	-3.029	-1.754
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	60	-6.509
6.01.02.07	Fornecedores	2.503	7.146
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-694	255
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.502	1.437
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	267.450	280.016
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-325.904	-301.576
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	225	-101
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	7.184	4.145
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-6.216	-4.178
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-330.367	57.727
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-3.444	-4.456
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-367.708	-6.773
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	238	427
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	40.547	68.529
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-682.089	68.283
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Captação	0	385.499
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	-357.751	-50.050
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-119.420	-63.781

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.05	Arrendamento mercantil - Pagamentos de principal e juros	-797	0
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-204.121	-203.385
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.211	1.005.973
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	254.892	13.509
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.681	1.019.482

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-204.121	0	0	-204.121
5.04.06	Dividendos	0	0	-204.121	0	0	-204.121
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.650	0	496.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.650	0	496.650
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	496.650	0	792.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-203.385	0	0	-203.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-203.385	0	0	-203.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	512.053	0	512.053
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	512.053	0	512.053
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	512.053	0	808.153

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.792.205	1.542.516
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.790.539	1.541.926
7.01.02	Outras Receitas	1.802	700
7.01.02.01	Juros Capitalizados	1.802	700
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-136	-110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-388.893	-169.538
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-131.774	-99.466
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-217.831	-64.708
7.02.04	Outros	-39.288	-5.364
7.02.04.01	Custo de Construção	-14.858	-5.364
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-24.430	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.403.312	1.372.978
7.04	Retenções	-294.950	-169.736
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-294.950	-169.736
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.108.362	1.203.242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.161	23.029
7.06.02	Receitas Financeiras	11.161	23.029
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.119.523	1.226.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.119.523	1.226.271
7.08.01	Pessoal	54.215	52.683
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.253	32.648
7.08.01.02	Benefícios	17.943	17.432
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.920	1.855
7.08.01.04	Outros	1.099	748
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	417.575	400.909
7.08.02.01	Federais	324.412	323.832
7.08.02.02	Estaduais	123	174
7.08.02.03	Municipais	93.040	76.903
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.083	260.626
7.08.03.01	Juros	149.152	115.241
7.08.03.02	Aluguéis	1.931	2.414
7.08.03.03	Outras	0	142.971
7.08.03.03.01	Outorga	0	142.971
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	496.650	512.053
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	496.650	512.053

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Julho a Setembro/2021

A AutoBAN (“CCR AutoBAN” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T2020.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 593,6 milhões (16,8%);
- O EBIT aumentou para R\$ 368,6 milhões (15,6%) e a margem EBIT ajustada reduziu para 62,1% (-0,6 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 504,8 milhões (20,5%) e a margem EBITDA ajustada 85,0% (2,6 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 208,6 milhões (10,3%).

Indicadores (R\$ MM)	3T21	3T20	Var.%
Receita Líquida Operacional*	593,6	508,3	16,8%
EBIT	368,6	318,9	15,6%
Margem EBIT Ajustada (a)	62,1%	62,7%	-0,6 p.p.
EBITDA (ajustado)	504,8	418,8	20,5%
Margem EBITDA (ajustada) (a)	85,0%	82,4%	2,6 p.p.
Lucro Líquido	208,6	189,1	10,3%

*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

- (a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	3T21	3T20	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	28.655.629	24.135.606	18,7%
Veículos Comerciais (Eq)	37.764.040	38.536.312	-2,0%
Veículos Equivalentes	66.419.669	62.671.918	6,0%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (6,0%)

O tráfego consolidado do 3T21 registrou crescimento de 6,0% sobre o 3T20 tendo como principais influências a flexibilização das medidas de isolamento social e decreto de quarentena no estado de São Paulo que vigoram desde março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de passeio (18,7%)

A flexibilização das medidas contra o COVID-19 impactou fortemente a movimentação no tráfego de passeio que registrou crescimento de 18,7% sobre o 3T20.

Veículos comerciais (-2,0%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T21 foi impactada negativamente pela quebra da safrinha de milho por razões climáticas, fazendo com que o milho que seria exportado fosse deslocado para o abastecimento interno, registrando queda de 2,0% comparada ao 3T20.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio foi reajustada em 8,05% a partir da zero hora de 1º de julho de 2021, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2020 a maio de 2021. É importante considerar que o reajuste que deveria ocorrer em 1º de julho de 2020 foi postergado pela ARTESP (conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30 de junho de 2020) para 1º de dezembro de 2020 devido ao cenário da pandemia. Dessa maneira, a base comparativa do 3T20 não sofreu o efeito do reajuste.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	3T21	3T20	Var. %
Receita de Pedágio	641.408	546.508	17,4%
Receita Partes Relacionadas	1.123	979	14,7%
Receitas Acessórias	11.989	8.949	34,0%
Receita Bruta Operacional Total	654.520	556.436	17,6%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	3T21	3T20	Var. %
Total	7.108	1.548	359,2%

No 3T21 destacaram-se os serviços de recuperação de pavimentação asfáltica e de recuperação de obras de arte especiais (OAE), que totalizam 85 recuperações concluídas, além das obras de implantação de via marginal do km 52+880 ao km 53+856 e km 54+320 ao km 55+091 da SP-330, incluindo alargamento da marginal existente e da alça de saída para via expressa sentido interior, do km 55+300 ao 56+000.

Comentário do Desempenho

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do 3T21 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 16,8% maior do que no mesmo período do ano anterior, sofrendo influência do reajuste de tarifa (base do 3T20 não teve reajuste) e da recuperação de tráfego, impactado pelos efeitos da pandemia no terceiro trimestre de 2020.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 60,9 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	3T21	3T20	Var.%
Custo de Construção	7.108	1.548	359,2%
Provisão de Manutenção	24.430	-	100%
Depreciação e Amortização	71.824	59.915	19,9%
Custo da Outorga	49.784	48.321	3,0%
Serviços de Terceiros	50.705	49.883	1,6%
Pessoal	20.708	20.634	0,4%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.626	4.252	8,8%
Outros	2.971	6.418	-53,7%
Custos Totais	232.156	190.971	21,6%

Custo de construção: O custo de construção sofreu um aumento de 359,2% no 3T21 quando comparado ao 3T20. Este aumento reflete a realização de investimentos postergados em 2020.

Provisão para manutenção: A provisão para manutenção aumentou em R\$ 24.430 quando comparado ao 3T20. A variação tem relação direta com a extensão do prazo contratual.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas de 19,9% no 3T21 em comparação ao 3T20 se deve ao início da depreciação e amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T21 e o 3T20, especialmente no 2º e 3º trimestres de 2021 devido a postergações durante o ano de 2020 e do reflexo da amortização dos valores referente ao Acordo Preliminar.

Custo da outorga: O custo da outorga no 3T21 aumentou em 3,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da outorga variável resultante do aumento de receita.

Serviços de Terceiros: Os valores no 3T21 estão 1,6% maiores do que no 3T20, influência de indicadores de reajustes de contratos, postergações, antecipações, entre outros.

Pessoal: O custo com pessoal no 3T21 foi 0,4% maior em comparação com o mesmo período do ano anterior, pois ao efeitos do dissídio foram diluídos com as postergações e reduções do quadro de pessoal.

Comentário do Desempenho

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 3T21 foram 8,8% maiores em relação ao 3T20, substancialmente devido ao aumento no preço dos combustíveis, e da compra de materiais para manutenção e conservação, que foram postergadas no ano de 2020.

Outros: Os valores do 3T21 apresentaram queda de 53,7% em relação ao 3T20, principalmente devido ao estorno de provisões para contingências jurídicas.

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	3T21	3T20	Var.%
Lucro Líquido	208,6	189,1	10,3%
(+) IR/CS	106,9	97,0	10,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	53,1	32,8	61,9%
(+) Depreciação e Amortização	71,8	59,9	19,9%
<i>EBITDA (a)</i>	<i>440,4</i>	<i>378,8</i>	<i>16,3%</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>73,3%</i>	<i>74,3%</i>	<i>-1,0 p.p.</i>
(+) Despesas antecipadas (b)	40,0	40,0	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	24,4	-	100%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>504,8</i>	<i>418,8</i>	<i>20,5%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada (d)</i>	<i>85,0%</i>	<i>82,4%</i>	<i>2,6 p.p.</i>

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	3T21	3T20	Var.%
Lucro Líquido	208,6	189,1	10,3%
(+) IR/CS	106,9	97,0	10,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	53,1	32,8	61,9%
<i>EBIT (a)</i>	<i>368,6</i>	<i>318,9</i>	<i>15,6%</i>
<i>Margem EBIT</i>	<i>61,4%</i>	<i>62,5%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>
<i>Margem EBIT Ajustada (e)</i>	<i>62,1%</i>	<i>62,7%</i>	<i>-0,6 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR).

(c) A provisão de manutenção se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das informações trimestrais.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(e) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	3T21	3T20	Var.%
Despesas Financeiras	56,4	37,8	49,2%
Juros e variações monetárias	53,3	37,1	43,7%
Capitalização de custos dos empréstimos	-0,8	-0,2	300,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	3,8	0,9	322,2%
Receitas Financeiras	-3,3	-5,0	-34,0%

Comentário do Desempenho

Rendimento sobre aplicações financeiras	-3,0	-4,7	-36,2%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,3	0,0%
Resultado Financeiro Líquido	53,1	32,8	61,9%

O Resultado Financeiro Líquido no 3T21 variou 61,9% quando comparado com o 3T20, principalmente pela alta variação dos indexadores das dívidas, em especial o CDI.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	3T21	3T20	Var.%
Total de acidentes	1.234	1.106	11,6%
Total de vítimas	850	788	7,9%

4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações trimestrais (ITR) relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Jundiaí, 11 de novembro de 2021.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2021

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 17 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Neste período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A Companhia mostra recuperação dos efeitos da redução de tráfego causada pela pandemia do COVID-19 à medida que a vacinação avança e flexibilizam-se medidas restritivas no terceiro trimestre. Tal recuperação é mais evidente no tráfego comercial ao contrário do tráfego de passeio, que mostra sinais de melhora, porém em níveis inferiores à pré-pandemia.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Acordo preliminar

Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da Companhia com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos:

- Pagamento do valor total de R\$ 352.000 pela Companhia, decorrente de recálculo dos Termos Aditivos de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretroatável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente;
- Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão da Companhia estabelecido nos TAMs de 2006 e subsequentes;

O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da Companhia, descritas na nota explicativa 1.4, relativamente às demandas de anulação dos TAMs do ano de 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 2022. O pagamento de R\$ 352.000, realizado em 14 de julho de 2021, foi considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo.

Notas Explicativas

Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à Companhia, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento e a partir de crédito regulatório que lhe é favorável, ter confirmado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por meio da extensão de prazo, até 31 de janeiro de 2037.

1.2. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Em 04 de junho de 2020 o Estado de São Paulo interpôs recursos aos tribunais superiores questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição nos recursos que aguardam julgamento definitivo pelo STJ e STF. Em 03 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se a publicação do acórdão.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Controladora e a Companhia continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

1.3. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto à duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

Notas Explicativas

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

1.4. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles principalmente:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 25 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

ii. Reajuste Tarifário 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contrato de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia.

Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 20 de julho de 2021, a suspensão da ação. Aguarda-se apreciação do pedido de suspensão do feito.

iii. Reajuste Tarifário 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2014, conforme contrato de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia.

Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 19 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses.

Notas Explicativas

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Companhia e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1014628-22.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 17 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses.

v. Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo nº 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Em 26 de julho de 2019, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o DER opuseram recurso de embargos de declaração, que tiveram provimento negado, tendo o acórdão transitado em julgado em 04 de fevereiro de 2020. Os autos foram remetidos ao Juízo de origem, sendo em que 02 de agosto de 2021 foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do Ministério Público do São Paulo o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Notas Explicativas

Em 05 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Aguarda-se a intimação do Ministério Público para se manifestar.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia contemplam ajustes decorrentes destes processos.

2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis exceto a aplicação inicial da prática de provisão de manutenção a partir de agosto de 2021, conforme nota explicativa nº 16. E portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

Notas Explicativas

4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 640.871, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando seus passivos.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	7.288	9.278
Fundos de investimentos e CDB	<u>201.393</u>	<u>245.614</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>208.681</u></u>	<u><u>254.892</u></u>

Aplicações financeiras

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	<u>40.547</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u><u>40.547</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,08 % do CDI, equivalente a 2,48 % a.a. (99,69% do CDI, equivalente a 2,76% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.960	7.457
Pedágio eletrônico (b)	<u>178.697</u>	<u>137.711</u>
	182.657	145.168
 Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	 (180)	 (44)
	<u><u>182.477</u></u>	<u><u>145.124</u></u>

Notas Explicativas**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	182.307	140.403
Créditos vencidos até 60 dias	119	4.711
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	51	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	177	23
Créditos vencidos há mais de 180 dias	3	21
	<u>182.657</u>	<u>145.168</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	315.502	749.074	286.095	772.926
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(107.271)	(254.685)	(97.272)	(262.795)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(480)	(1.936)	(292)	(1.446)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(323)	(766)	(190)	(506)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.160	4.635	713	3.856
Outros ajustes tributários	5	328	4	18
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(106.909)</u>	<u>(252.424)</u>	<u>(97.037)</u>	<u>(260.873)</u>
Impostos correntes	(112.907)	(267.324)	(99.786)	(270.833)
Impostos diferidos	5.998	14.900	2.749	9.960
	<u>(106.909)</u>	<u>(252.424)</u>	<u>(97.037)</u>	<u>(260.873)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,89%</u>	<u>33,70%</u>	<u>33,92%</u>	<u>33,75%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/09/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	260	88	348	348	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	15	49	64	64	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.304	(4.526)	11.778	11.778	-
Constituição da provisão de manutenção	-	8.350	8.350	8.350	-
Diferenças temporárias	-	(43.526)	(43.526)	163	(43.689)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(89.723)	53.712	(36.011)	-	(36.011)
Provisão para perda de investimentos	297	(297)	-	-	-
Provisão para fornecedores	7	(7)	-	-	-
Arrendamento mercantil	12	13	25	83	(58)
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	1.000	1.000	1.000	-
Outros	114	44	158	158	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(72.714)	14.900	(57.814)	21.944	(79.758)
Compensação de imposto	-	-	-	(21.944)	21.944
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(72.714)	14.900	(57.814)	-	(57.814)

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/09/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.713	(1.010)	703	703	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	31	38	69	69	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14.694	1.911	16.605	16.605	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(102.242)	8.951	(93.291)	108.259	(201.550)
Provisão para perda de investimentos	297	-	297	297	-
Outros	20	70	90	90	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(85.487)	9.960	(75.527)	126.023	(201.550)
Compensação de imposto	-	-	-	(126.023)	126.023
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(85.487)	9.960	(75.527)	-	(75.527)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	4.585	4.585	155.275	155.275	159.860	159.860

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Não Circulante	21.013	24.452	711.675	828.131	732.688	852.583

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 119.895 (R\$ 119.894 no mesmo período de 2020).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão original.
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão, ou seja até 17 de abril de 2027.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/09/2021		30/09/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta				
CCR	22.327 (a)	-	3 (d)	2.355 (a)(d)
Outras partes relacionadas				
Via Oeste	-	-	19 (d)	5 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	5 (d)
CPC	28.678 (b)(g)	1.504	191 (d)	3.033 (b)(d)
Samm	844 (e)	1.561 (c)	2.930 (c)	81 (e)
SPVias	-	-	1 (d)	-
MSVia	-	-	-	1 (d)
Instituto CCR	6.382 (h)	-	-	-
Renovias	-	-	1 (d)	30 (d)
Bloco Sul	-	-	1 (d)	-
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (f)	-	-	-
Total	58.631	3.065	3.146	5.510

	Transações			
	01/07/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas
Controladora indireta				
CCR	7.468 (a)	-	5.768 (a)	-
Outras partes relacionadas				
CPC	8.623 (b)	528	10.045 (b)	488
Samm	288 (e)	595 (c)	274 (e)	491 (c)
Instituto CCR	5.200 (h)	-	-	-
Total	21.579	1.123	16.087	979

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	01/01/2020 a 30/09/2020		31/12/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
Infra SP	-	-	189 (d)	38 (d)
Controladora indireta				
CCR	17.303 (a)	-	22 (d)	1.826 (a)
Outras partes relacionadas				
ViaLagos	-	-	3 (d)	-
ViaQuatro	-	-	13 (d)	13 (d)
CPC	31.663 (b)	1.405	308 (d)	4.218 (b)
RodoAnel Oeste	-	-		
Samm	822 (e)	1.348 (c)	2.924 (c)	57 (e)
SPVias	-	-	10 (d)	2 (d)
Renovias	-	-	409 (d)	50 (d)
Total	49.788	2.753	3.878	6.204

Despesas com profissionais chave da administração

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Remuneração: (i)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	280	1.203	293	739
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	207	622	162	488
Complemento (Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	-	(122)	-	244
Previdência privada	14	44	11	38
Seguro de vida	1	2	1	2
	502	1.749	467	1.511

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/09/2021	31/12/2020
Remuneração dos administradores (i)	707	293

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagos no ano e contribuição para a seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;

Notas Explicativas

- (d) Encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Prestação de serviço de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento;
- (f) Doação para o projeto de manutenção do Museu de Sant'Ana, em Tiradentes (MG). Prevê a realização de cinco eventos de música instrumental, três eventos literários e uma exposição "Os Santos Anjos";
- (g) Contrato de serviços especializados de elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, vigente até janeiro de 2022, cujo vencimento se dá até o 1º dia do mês subsequente a prestação do serviço;
- (h) Contrato de doação com o Instituto CCR a fim de viabilizar ações, campanhas e projetos corporativos e sociais. Sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2021, todas as doações ocorrerão até o último dia de novembro de 2021; e
- (i) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

		31/12/2020		30/09/2021			
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.200	-	-	23	-	3.223
Máquinas e equipamentos		58.138	-	(69)	1.026	-	59.095
Veículos		17.310	-	(4.651)	691	-	13.350
Equipamentos operacionais		161.811	-	(24)	1.942	(17)	163.712
Imobilizações em andamento		7.322	3.854	(106)	(3.704)	(92)	7.274
Total custo		247.781	3.854	(4.850)	(22)	(109)	246.654
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios		11	(2.624)	(168)	-	-	(2.792)
Máquinas e equipamentos		12	(42.243)	(3.342)	69	-	(45.516)
Veículos		24	(14.080)	(1.119)	4.624	-	(10.575)
Equipamentos operacionais		15	(145.256)	(5.337)	24	-	(150.569)
Total depreciação			(204.203)	(9.966)	4.717	-	(209.452)
Total geral			43.578	(6.112)	(133)	(22)	37.202

		31/12/2019		31/12/2020			
Taxa média anual de depreciação %		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.150	-	(7)	57	-	3.200
Máquinas e equipamentos		57.119	-	(56)	1.092	(17)	58.138
Veículos		19.938	-	(4.695)	2.067	-	17.310
Equipamentos operacionais		159.582	-	(14)	2.243	-	161.811
Imobilizações em andamento		6.347	6.030	-	(5.055)	-	7.322
Total custo		246.136	6.030	(4.772)	404	(17)	247.781
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios		11	(2.410)	(221)	6	-	(2.624)
Máquinas e equipamentos		12	(36.528)	(5.770)	56	(1)	(42.243)
Veículos		25	(16.400)	(2.294)	4.614	-	(14.080)
Equipamentos operacionais		14	(137.334)	(7.936)	14	-	(145.256)
Total depreciação			(192.672)	(16.221)	4.690	-	(204.203)
Total geral			53.464	(10.191)	(82)	(17)	43.578

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 410 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 218 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020). A taxa média de capitalização no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi de 0,39% a.m. e de 0,31% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

Notas Explicativas

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; e
(b) Refere-se a crédito de IRRF e sinistros.

12. Intangível e intangível em construção

		31/12/2020		30/09/2021			
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.311.743	352.000 (c)	-	3.901	(146)	3.667.498
Direitos de uso de sistemas informatizados		16.815	-	-	342	(9)	17.148
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.147	1.061	(86)	(675)	-	3.447
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.720	-	-	196	-	5.916
Total custo		3.337.425	353.061	(86)	3.764	(155)	3.694.009
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.747.173)	(283.611) (c)	-	-	-	(2.030.784)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.618)	(609)	-	-	-	(15.227)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.516)	(82)	-	-	-	(5.598)
Total amortização		(1.767.307)	(284.302)	-	-	-	(2.051.609)
Total intangível		1.570.118	68.759	(86)	3.764	(155)	1.642.400
Intangível em construção		12.190	16.039 (d)	-	(3.742)	-	24.487

		31/12/2019		31/12/2020		
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.303.963	-	8.211	(431)	3.311.743
Direitos de uso de sistemas informatizados		16.216	-	599	-	16.815
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.458	2.692	(1.003)	-	3.147
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.720	-	-	-	5.720
Total custo		3.327.357	2.692	7.807	(431)	3.337.425
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.533.789)	(213.384)	-	-	(1.747.173)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.309)	(1.309)	-	-	(14.618)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.424)	(92)	-	-	(5.516)
Total amortização		(1.552.522)	(214.785)	-	-	(1.767.307)
Total intangível		1.774.835	(212.093)	7.807	(431)	1.570.118
Intangível em construção		10.939	9.462	(8.211)	-	12.190

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

- (a) Reclassificações entre o ativo imobilizado e o ativo intangível;
(b) Refere-se a crédito de IRRF e desapropriações;
(c) Refere-se ao pagamento de R\$ 352.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início dos prazos estendidos das concessões definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 109.428, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 242.572 (na data de ativação), será amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.1 – Acordo preliminar; e
(d) Das obras que compõe o intangível em construção, destacam-se serviços de recuperação de pavimentação asfáltica, de recuperação de obras de arte especiais (OAE), além das obras de implantação, alargamento de via marginal e alça de saída entre os km 52 e 56 da SP-330.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.392 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 482 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020). A taxa média de capitalização no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi de 0,39% a.m. e de 0,31% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

Notas Explicativas**13. Arrendamento mercantil****a. Direito de uso em arrendamento**

	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Veículos	2.256	(133)	(682)	1.441
	<u>2.256</u>	<u>(133)</u>	<u>(682)</u>	<u>1.441</u>

b. Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	(1.021)	-	(153)	797	(649)	(1.026)
Não circulante	(1.272)	133	-	-	649	(490)
	<u>(2.293)</u>	<u>133</u>	<u>(153)</u>	<u>797</u>	<u>-</u>	<u>(1.516)</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 6,49% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 643, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>30/09/2021</u>
2022	244
2023	246
Total	<u>490</u>

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2021	Vencimento Final	30/09/2021	31/12/2020
8a Emissão - Série Única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	2.235	Julho de 2022	882.147	832.758 (c)
9a Emissão - Série Única	109,5% do CDI	0,0396% (b)	366	-	Agosto de 2021	-	337.182 (c)
10a Emissão - Série Única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	2.798	1.528	Outubro de 2026	625.392	671.932 (c)
11a Emissão - Debêntures	CDI + 2,62% a.a.	3,0282% (a)	4.500	2.801	Julho de 2023	392.936	393.515 (c)
Total geral				6.564		1.900.475	2.235.387
						30/09/2021	31/12/2020
Circulante							
Debêntures						1.020.388	484.638
Custos de transação						(4.257)	(4.725)
						1.016.131	479.913
Não Circulante							
Debêntures						886.651	1.760.870
Custos de transação						(2.307)	(5.396)
						884.344	1.755.474

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2021
2022	57.750
2023	497.800
2024	107.800
2025 em diante	223.301
(-) Custo de transação	(2.307)
Total	884.344

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, ocorreu pagamento de principal e juros nos valores de R\$ 357.750 e R\$ 119.420, respectivamente. Em 20 de agosto de 2021, houve a liquidação da 9ª Emissão.

Notas Explicativas

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2020		30/09/2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	8.306	3.087	(1.776)	(4.382)	374	5.609
Trabalhistas e previdenciários	3.456	3.594	(1.544)	(1.834)	209	3.881
Tributários	36.177	3.724	(14.944)	-	191	25.148
	<u>47.939</u>	<u>10.405</u>	<u>(18.264)</u>	<u>(6.216)</u>	<u>774</u>	<u>34.638</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2021	31/12/2020
Cíveis e administrativos	2.736	3.843
Trabalhistas e previdenciários	2.474	1.643
Tributários (a)	<u>23.568</u>	<u>22.098</u>
	<u>28.778</u>	<u>27.584</u>

(a) Do montante total, R\$ 18.321 refere-se à execução fiscal relativa ao não recolhimento do ISSQN para a prefeitura do município de Cajamar do exercício de 2004.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 53.423 (R\$ 36.296 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

16. Provisão de manutenção

	31/12/2020	30/09/2021		
	Saldo inicial	Constituição (a)	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	-	24.430	128	24.558
	-	24.430	128	24.558

- (a) Montante constituído devido a extensão do prazo contratual. Para mais informações vide nota 1.1 – Acordo preliminar.

A taxa anual para cálculo do valor presente é de 6,49% a.a.

17. Patrimônio Líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro líquido do período	208.593	496.650	189.058	512.053
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	1,19196	2,83800	1,08033	2,92602

b. Dividendos

Em 05 de abril de 2021, foi aprovado através de Ata de Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos à conta de Dividendos adicionais propostos do exercício de 2020 no montante de R\$ 201.400, correspondente a R\$ 1,151 por ação e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 2.721, correspondente a R\$ 0,01555 por ação. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

18. Receitas operacionais

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas de pedágio	641.408	1.741.453	546.508	1.509.307
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	7.108	14.858	1.548	5.364
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	1.123	3.065	979	2.753
Receitas acessórias	11.989	31.163	8.949	24.502
Receita bruta	661.628	1.790.539	557.984	1.541.926
Impostos sobre receitas	(60.905)	(157.798)	(48.124)	(132.994)
Abatimentos	(7)	(9)	(4)	(31)
Deduções das receitas brutas	(60.912)	(157.807)	(48.128)	(133.025)
Receita líquida	600.716	1.632.732	509.856	1.408.901

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(32.618)	(84.382)	(27.829)	(90.274)
Variação monetária sobre debêntures	(20.655)	(60.292)	(9.279)	(23.337)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(128)	(128)	-	-
Capitalização de custos dos empréstimos	809	1.802	237	700
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(6)	-	(41)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(26)	(153)	-	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3.733)	(4.599)	(867)	(1.709)
	<u>(56.351)</u>	<u>(147.758)</u>	<u>(37.738)</u>	<u>(114.661)</u>
Receitas Financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	-	2.415	-	9.852
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.019	7.893	4.654	12.271
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	7	-	15
Juros e outras receitas financeiras	274	846	294	891
	<u>3.293</u>	<u>11.161</u>	<u>4.948</u>	<u>23.029</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(53.058)</u>	<u>(136.597)</u>	<u>(32.790)</u>	<u>(91.632)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	7.288	-	-	9.278	-	-
Aplicações financeiras	201.393	-	-	286.161	-	-
Contas a receber	-	182.477	-	-	145.124	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.146	-	-	3.878	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(1.900.475)	-	-	(2.235.387)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(36.200)	-	-	(30.986)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5.510)	-	-	(6.204)
Passivo de arrendamento	-	-	(1.516)	-	-	(2.293)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(3.245)	-	-	(3.020)
	<u>208.681</u>	<u>185.623</u>	<u>(1.946.946)</u>	<u>295.439</u>	<u>149.002</u>	<u>(2.277.890)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de

Notas Explicativas

Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.907.039	1.969.074	2.245.508	2.368.482

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo abaixo de instrumento financeiro avaliado pelo valor justo, o qual está qualificado a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	201.393	286.161

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxa de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6) e (7)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Julho de 2022	884.382	(110.161)	(128.114)	(145.981)
Debêntures - 10ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2026	626.920	(46.541)	(56.296)	(66.050)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Julho de 2023	395.737	(35.344)	(41.588)	(47.831)
ISS Parcelado	Selic ⁽⁴⁾		804	(50)	(62)	(74)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		201.393	12.183	15.227	18.270
Total do efeito de ganho ou (perda)				(179.913)	(210.833)	(241.666)
Efeito sobre as debêntures				(192.046)	(225.998)	(259.862)
Efeito sobre as aplicações financeiras				12.183	15.227	18.270
Efeito sobre obrigações parceladas				(50)	(62)	(74)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(179.913)	(210.833)	(241.666)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			6,15%	7,68%	9,22%
	IPC-A ⁽³⁾			10,25%	12,81%	15,38%
	Selic <i>over</i> ⁽⁴⁾			6,15%	7,68%	9,22%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e Selic).

Notas Explicativas

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1 de 31 de dezembro de 2020).

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 26.412 referente ao direito de outorga variável (R\$ 23.178 no período findo em 30 de setembro de 2020).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de setembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 401.392 (R\$ 17.226 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores incluem os investimentos formalizados no Acordo Preliminar em 29 de junho de 2021. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de setembro de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2021</u>
Tributos a recuperar	(26)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(26)</u>
Outros de imobilizado	26
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>26</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(2.235.387)	-	(2.293)	(2.237.680)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	477.171	-	797	477.968
Dividendos pagos	-	204.121	-	204.121
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	477.171	204.121	797	682.089
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(142.259)	-	-	(142.259)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(153)	(153)
Outras variações que não afetam caixa	-	(204.121)	133	(203.988)
Total das outras variações	(142.259)	(204.121)	(20)	(346.400)
Saldo Final	<u>(1.900.475)</u>	<u>-</u>	<u>(1.516)</u>	<u>(1.901.991)</u>

23. Eventos subsequentes

Em 14 de outubro de 2021, foi aprovada a 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, no montante de R\$ 1,4 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). A data da emissão será definida na Escritura de Emissão, sendo o prazo de vencimento de 5 anos contados a partir dessa data. O montante principal será pago em duas parcelas e os juros remunerativos semestralmente, nas datas a serem definidas na Escritura de Emissão. Os recursos obtidos serão destinados ao resgate antecipado da 8ª e 11ª emissão de debêntures.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Waldo Edwin Perez Leskovar	Vice - Presidente do Conselho
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro

Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente e de RI
José Salim Kallab Fraiha	Diretor Operacional

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Jundiaí/SP, 11 de novembro de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Jundiaí/SP, 11 de novembro de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA

Diretor Operacional